

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório
Escola Portuguesa de
Luanda
ANGOLA

2013
2014

Inspeção-Geral da Educação e
Ciência

1 – INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação e Ciência tutela a educação e o ensino ministrados na Escola Portuguesa de Luanda, em conformidade com a estrutura e as matrizes curriculares vigentes no sistema educativo português.

A Escola Portuguesa de Luanda iniciou o seu funcionamento em 1986, como instituição de ensino particular e cooperativo, propriedade da Cooperativa Portuguesa de Ensino em Angola, C.R.L., com sede em Portugal.

Com autorização das autoridades angolanas, a Escola funcionou durante vinte anos, no centro da cidade de Luanda. Entre os anos letivos de 1986-1987 e 1990-1991, a oferta educativa inicial, que compreendia a educação pré-escolar, o 1.º e o 2.º ciclo do ensino básico, foi sendo progressivamente alargada ao 3.º ciclo e ensino secundário. No entanto, as limitações respeitantes à lotação não permitiam atender às necessidades da comunidade, dado o número crescente de famílias interessadas em que os seus filhos frequentassem a Escola.

Por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, de 18 de março de 1994, foi autorizado o financiamento da construção de um edifício polivalente destinado à instalação da Escola Portuguesa de Luanda – Centro de Ensino e Língua Portuguesa. O projeto inicial compreendia quatro unidades distintas, com capacidade para cerca de 1500 crianças e alunos por turno, atingindo os 2000 com o ensino secundário em regime de desdobramento, mas na 1.ª fase foram construídas apenas as unidades 1 – área administrativa, biblioteca e auditório – e 3 – salas de aula.

O ano letivo 2006-2007 foi iniciado no dia 25 de setembro nas instalações da nova Escola, com o objetivo de “promover o ensino e difusão da língua e da cultura portuguesas, bem como alargar, ao nível dos ensinos básico e secundário, aos jovens portugueses e angolanos, em idade escolar, o acesso àqueles níveis de ensino, possibilitando uma formação de base cultural portuguesa” (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 183/2006, de 6 de setembro).

Ao conjugar a formação de base cultural portuguesa com a criação de laços linguísticos e culturais entre os povos, a Escola tem vindo a edificar uma identidade própria, constituindo-se como uma referência na comunidade que serve e como um instrumento privilegiado da política externa portuguesa.

O Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar determinou, em 5 de dezembro de 2013, a realização de uma ação inspetiva na Escola Portuguesa de Luanda – Centro de Ensino e Língua Portuguesa, nas áreas pedagógica, administrativa e financeira. Em cumprimento do despacho, no referente à área pedagógica, realizou-se uma avaliação externa da Escola.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

Assim, no que concerne à área pedagógica, é de salientar que a [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

Atendendo à excecionalidade da intervenção e às especificidades que caracterizam a Escola Portuguesa de Luanda, como anteriormente foi exposto, foram realizadas algumas adequações ao modelo implementado pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, no âmbito do programa de avaliação externa das escolas.

As alterações respeitam à agenda dos trabalhos e à metodologia utilizada pela equipa de avaliadores, devido à constituição dos grupos de entrevistados (direção da entidade gestora, representantes das autoridades portuguesas em Luanda e representantes das autoridades da educação de Luanda), à observação da prática letiva (manhã do segundo dia, tarde do terceiro dia e parte da manhã do quarto dia) e à realização de duas sessões (a primeira destinada à direção e a outra aberta à comunidade educativa) para apresentação da informação de retorno sobre a avaliação externa da Escola, no final do quinto dia.

Relativamente à observação da prática letiva importa realçar que a mesma foi realizada com recurso a uma grelha, que foi previamente dada a conhecer à Escola. A amostra abrangeu trinta e três tempos de 45 minutos, diferentes grupos e turmas de todos os níveis de educação e de ensino, bem como disciplinas dos vários departamentos curriculares. Os dados recolhidos foram tratados pela equipa de avaliadores, sendo as principais conclusões apresentadas no último dia, em articulação com a restante informação de retorno sobre a avaliação externa da Escola.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da [Escola Portuguesa de Luanda](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre [25 de fevereiro e 6 de março de 2014](#). As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade, da realização de entrevistas e da observação da prática letiva.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório pretende contribuir para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento da Escola.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a notável colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O relatório da Escola e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da [Avaliação Externa das Escolas 2013-2014](#) serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Portuguesa de Luanda, da titularidade do Estado Português e com sede em território da República de Angola, está situada em Luanda, onde funciona desde 1986. A Escola ministra a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário, de acordo com os planos curriculares e programas de ensino em vigor no sistema educativo português.

No ano letivo de 2013-2014 a população escolar totaliza 275 crianças (10 grupos da educação pré-escolar) e 1593 alunos, dos quais 669 frequentam o 1.º ciclo (24 turmas), 307 o 2.º ciclo (11 turmas), 353 o 3.º ciclo (15 turmas) e 264 alunos estão no ensino secundário (14 turmas). Neste nível de ensino a Escola oferece, em todos os anos de escolaridade, os cursos científico-humanísticos de ciências e tecnologias, de ciências socioeconómicas, de línguas e humanidades e de artes visuais, sendo efetuada uma gestão flexível das turmas, em função das disciplinas que permitem a junção de alunos inscritos em cursos diferentes.

Na sua maioria, os alunos que frequentam a Escola têm naturalidade portuguesa (46%) e angolana (39%), sendo os restantes naturais de 18 países diferentes (15%).

Trabalham na Escola 112 docentes, dos quais 83 são recrutados localmente e 29 estão em regime de requisição. No que respeita à experiência profissional dos docentes, predominam os casos em que é igual ou inferior a quatro anos (53%) e em que se situa entre cinco e nove anos de serviço (20%).

O pessoal não docente, num total de 106 trabalhadores, integra técnicos superiores (duas psicólogas e uma trabalhadora especializada na área de laboratórios), oito assistentes técnicos que executam tarefas administrativas e 95 assistentes operacionais que se ocupam da vigilância, manutenção e funcionamento dos diferentes serviços da Escola. Os trabalhadores não docentes possuem uma experiência profissional bastante reduzida, prevalecendo os casos em que é igual ou inferior a quatro anos (50%) e em que se situa entre cinco e nove anos (30%).

No ano letivo de 2012-2013, são globalmente favoráveis os valores das variáveis de contexto da Escola, nomeadamente no que se refere à média do número de anos da habilitação académica das mães e dos pais, à percentagem de docentes do quadro e à percentagem de alunas por turma, cujos valores são elevados quando comparados com os do grupo de referência (*cluster*).

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

A educação pré-escolar proporciona às crianças um ambiente de bem-estar e estimulante para o seu desenvolvimento pessoal e social, possibilitando abordagens globalizantes e integradas das diferentes áreas de conteúdo.

A avaliação sistemática das aprendizagens e dos progressos alcançados pelas crianças tem permitido identificar as áreas de conteúdo onde revelam maior dificuldade, nomeadamente a Formação Pessoal e Social, e tem fundamentado a diferenciação das situações de aprendizagem na sala de atividades. No entanto, estes aspetos podem ser discutidos com maior regularidade e de forma alargada aos demais

departamentos, constituindo uma mais-valia para a análise integrada dos resultados das aprendizagens desde a educação pré-escolar ao 12.º ano e contribuindo para uma maior articulação e sequencialidade curriculares.

No ano letivo de 2012-2013, os resultados observados em português e matemática, nos 6.º, 9.º e 12.º anos, situam-se acima dos valores esperados, quando comparados com os de escolas de contexto análogo, e a disciplina de história A, do 12.º ano, apresenta resultados em linha com o valor esperado.

No mesmo ano letivo, as taxas de conclusão também se situam acima dos valores esperados nos 4.º, 6.º e 9.º anos, ficando aquém destes valores apenas no 12.º ano.

Com efeito, tendo em consideração as especificidades do meio em que se insere, bem como os valores das variáveis de contexto que se apresentam favoráveis, a Escola tem desenvolvido uma ação educativa com impacto positivo nas aprendizagens dos alunos e com reflexos nos resultados observados que, em 2012-2013, se situam globalmente acima dos valores esperados.

Os progressos das aprendizagens das crianças e os resultados académicos dos alunos são objeto de monitorização sistemática por parte dos órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica da Escola. Os responsáveis procedem à análise dos indicadores de sucesso sob diversas perspetivas, como a comparação com as médias nacionais, com as médias das escolas portuguesas no estrangeiro, a evolução ao longo do triénio, as diferenças entre classificação interna e de exame e a qualidade do sucesso, de modo a identificar as áreas onde as ações de melhoria se afiguram prioritárias.

Nestas análises, a Escola destaca os resultados académicos dos 6.º, 9.º e 12.º anos, que são superiores aos registados nas médias nacionais, em 2012-2013, em português e matemática. No mesmo ano letivo, sobressai igualmente a posição de destaque alcançada em comparação com as escolas portuguesas no estrangeiro, tanto no que respeita ao elevado número de provas realizadas como às médias observadas, que posicionam a Escola nos lugares cimeiros, quer no ensino básico, quer no secundário.

Neste âmbito, os responsáveis apontam a eficácia das medidas promotoras do sucesso implementadas na Escola, designadamente os apoios educativos e pedagógicos, bem como a adequação dos instrumentos e dos processos de avaliação das aprendizagens dos alunos, enquanto fatores explicativos dos bons resultados alcançados.

Todavia, no 4.º ano, os resultados observados em português e matemática, em 2012-2013, situam-se aquém dos indicadores contextualizados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e também são inferiores às médias nacionais das referidas provas finais. A constatação desta situação determinou a implementação de ações específicas conducentes à melhoria dos processos de avaliação das aprendizagens dos alunos deste ciclo, mas a reflexão e análise dos resultados não foram ainda centradas na identificação dos fatores explicativos intrínsecos ao processo de ensino e de aprendizagem, neste ciclo e nos demais.

É de realçar a inexistência de abandono escolar e de desistência.

RESULTADOS SOCIAIS

A Escola constitui um importante núcleo de socialização para a população escolar, oferecendo segurança e colmatando algumas dificuldades inerentes ao contexto em que a mesma se insere. Do mesmo modo, em harmonia com o eixo fundamental da missão enunciada no projeto educativo, que visa o desenvolvimento harmonioso e a formação integral de crianças e alunos, são realizadas diversas atividades e projetos que fomentam a educação para o exercício da cidadania e a assunção de responsabilidades.

Está instituída a participação dos delegados de turma, a partir do 2.º ciclo, nas reuniões dos conselhos de turma, onde têm oportunidade de discutir assuntos relacionados com as suas aprendizagens e com a vida escolar. Os delegados de turma são convocados, no início do ano, para a eleição do respetivo representante, sendo da sua competência estabelecer a ligação e veicular as informações, entre o conselho pedagógico, a direção pedagógica e os alunos, o que lhes possibilita a apresentação de propostas de melhoria e a discussão de problemas, tendo em vista a sua resolução. Todavia, não são realizadas com regularidade assembleias de delegados de turma e nem sempre é garantida a participação do seu representante no conselho pedagógico, salvaguardando os momentos em que são discutidos assuntos estritamente relacionados com a atividade docente, a fim de serem ouvidas as suas sugestões conducentes ao melhor funcionamento da Escola.

A associação de estudantes, cujo espírito de iniciativa e empreendedorismo são incentivados pela direção pedagógica, promove igualmente a participação dos alunos na vida da Escola, com a dinamização planeada de atividades lúdico-desportivas no final de cada período letivo, como o *Concerto de Beneficência*, o projeto de solidariedade *Aldeia SOS Lubango* e as atividades de animação para as crianças do Hospital Pediátrico de Luanda *De uma criança para outra criança*. A comissão de finalistas também dinamiza vários eventos, a fim de angariar fundos para financiar as atividades comemorativas do final do seu percurso na Escola, como a celebração do *Halloween*, o *Campeonato de futebol interescolas*, a *Feira dos Namorados*, o *Concurso de talentos* e o *Baile de finalistas*.

As numerosas ações de solidariedade em que os alunos são envolvidos, quer por iniciativa da Escola quer dos próprios, têm um impacto muito positivo nas suas vivências escolares, fomentando o sentimento de pertença e de identidade, bem como o exercício de uma cidadania esclarecida, no que respeita a deveres e direitos. Neste âmbito, destaca-se o projeto de uma organização não-governamental internacional *UMA criança, um livro, muitos hospitais* e o projeto *Ser Solidário*, para criação de um banco de livros escolares com o objetivo de os reutilizar.

A divulgação dos direitos e deveres dos alunos, objeto de regulamentação interna, contribui para que o ambiente seja de respeito e propício às aprendizagens, com base nas boas relações entre alunos, pessoal docente e não docente, de um modo geral. No entanto, além de serem comunicadas as regras aos alunos, um trabalho de sensibilização, em continuidade, poderia reforçar a interiorização das mesmas tendo em vista a prevenção de ocorrências pontuais, sobretudo no refeitório e na biblioteca escolar.

A criação do *Gabinete de Coordenação* tem tido repercussões positivas, sobretudo na dissuasão de comportamentos perturbadores das aprendizagens e na regulação da prática dos docentes, no que respeita à ordem de saída dos alunos da sala de aula, devido à atuação imediata dos coordenadores de ciclo. Estes fazem o registo, análise e tipificação das ocorrências, agilizando a comunicação e promovendo a articulação com diretores de turma, encarregados de educação, alunos, direção pedagógica e vigilantes. Esta estrutura pedagógica tem vindo a recolher dados importantes para a compreensão das situações e tem apresentado propostas de atuação promotoras de um tratamento célere, adequado e equitativo das mesmas.

Os serviços de psicologia e orientação desenvolvem um trabalho importante no acompanhamento psicopedagógico de crianças e de alunos que iniciem suscetibilidades ou que estejam em situações de risco. Todavia, reconhece-se que uma ligação mais estreita destes técnicos com as diferentes estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica, nomeadamente com o *Gabinete de Coordenação*, permitirá implementar ações mais consistentes e abrangentes que proporcionem melhores condições de aprendizagem e de sucesso, com reflexos também ao nível da prevenção de comportamentos perturbadores.

Do mesmo modo, o trabalho realizado no âmbito da disciplina de educação para a cidadania, que possibilita o estudo de alguns temas de interesse dos alunos como a amizade, a tolerância e o *bullying*, em articulação com uma atuação concertada dos docentes e técnicos, poderá promover e consolidar, de

forma transversal a todos os níveis de educação e ensino, os valores da cidadania, no sentido de permitir uma melhor convivência na Escola e de contribuir para a limpeza dos espaços e para o cumprimento de regras.

A Escola efetua o acompanhamento do percurso académico dos alunos após a conclusão dos estudos do ensino secundário, nos casos em que se candidatam e ingressam em universidades portuguesas, mas este conhecimento pode ser alargado à frequência do ensino superior noutros países, de forma a conhecer o seu percurso também nestes casos. Tal facto pode contribuir para a análise do impacto das aprendizagens e experiências escolares nos seus projetos de vida, concorrendo para a boa imagem da Escola e incentivando, igualmente, a comunidade educativa e em prol de melhores desempenhos.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

No âmbito da presente avaliação externa e em resposta aos questionários aplicados à comunidade educativa, a satisfação dos diferentes grupos de inquiridos, expressa no predomínio dos níveis de concordância e de concordância total, evidencia médias globais bastante elevadas, designadamente no caso dos pais das crianças que frequentam a educação pré-escolar (72,5%) e dos restantes níveis de ensino (62,4%), bem como no caso dos docentes (66,7%). No que respeita aos itens “Gosto desta Escola/Gosto de trabalhar nesta Escola/Gosto que o meu filho ande nesta Escola”, os níveis de satisfação são ainda mais elevados, sendo mesmo o destaque dos pais da educação pré-escolar (95,8%).

Para os alunos do 1.º ciclo o nível mais elevado de satisfação recai sobre o item “Gosto das atividades de expressão plástica que faço na Escola” (97,6%). O item “Tenho vários amigos na Escola” é realçado pelos alunos dos 2.º e 3.º ciclos e secundário (93,3%), bem como pelos respetivos pais, no item equivalente “O meu filho tem bons amigos na Escola” (86,4%). Relativamente ao pessoal docente e não docente os destaques incidem em “O ensino nesta Escola é exigente” (93,5%) e “Gosto de trabalhar nesta Escola” (76,9%), respetivamente.

É de salientar a imagem positiva da Escola, que é reconhecida na comunidade pelo cumprimento do desígnio de difusão da língua e da cultura portuguesas, o que pode beneficiar ainda de uma maior promoção, nomeadamente através da criação da respetiva página na Internet.

A sociedade local valoriza igualmente as múltiplas ações dinamizadas pela Escola com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da comunidade envolvente. Neste âmbito, incluem-se as instituições com as quais a Escola coopera no plano sociocultural, nomeadamente o Hospital Pediátrico de Luanda, onde são desenvolvidas atividades de animação destinadas às crianças hospitalizadas e para onde são canalizados os fundos e produtos recolhidos através de campanhas de solidariedade, o que também contribui para uma imagem positiva da Escola na comunidade.

No mesmo sentido, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Escola é tornado público por parte dos alunos e dos encarregados de educação, com visibilidade na comunicação social, nalgumas ocasiões, ou com informação a individualidades das autoridades angolanas, como aconteceu com o agradecimento formal por parte do Hospital Pediátrico de Luanda, do qual foi dado conhecimento ao ministro da saúde.

Estão instituídas medidas para valorizar o sucesso através do reconhecimento do esforço e do empenho dos alunos, que incluem a menção em *Quadro de Excelência* e *Quadro de Mérito*, bem como a oferta dos manuais escolares aos alunos distinguidos pelos resultados e pela participação em ações meritórias. A um nível mais restrito também existem iniciativas destinadas a premiar bons desempenhos, assinalando-se no corrente ano letivo, por exemplo, a criação do *Board of Excellency* para promover o sucesso na disciplina de inglês.

As medidas referidas são divulgadas e têm notoriedade no seio da comunidade educativa e da sociedade local, visto que as entregas de diplomas e de medalhas são efetuadas em cerimónia pública, no *Dia do*

Aniversário da Escola, a 5 de outubro, contando com a presença das famílias e com numerosos convidados, entre os quais se destacam elementos dos órgãos sociais da Cooperativa Portuguesa de Ensino em Angola (C.R.L.), representantes do Ministério da Educação de Angola e da Embaixada de Portugal.

A Escola fomenta a participação dos pais e encarregados de educação em variados eventos, como o *Teatro* e a *Campanha de Natal*, bem como noutras atividades, como *O caderno vai e vem* e o *Desfile de Carnaval*, a fim de dar visibilidade às aprendizagens e progressos de crianças e alunos. É igualmente de realçar, neste âmbito, a iniciativa dos docentes da educação pré-escolar, que convidam os pais a visitar a Escola ao sábado, uma vez por mês, como forma de consolidar um maior reconhecimento por parte das famílias relativamente à ação educativa desenvolvida pelos profissionais, em contexto escolar.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A Escola ministra a educação e o ensino de acordo com o currículo português, não apenas para crianças e alunos portugueses mas também para angolanos, viabilizando a abertura da organização escolar ao meio em que se insere, bem como uma relação privilegiada com a comunidade.

No contexto em que funciona, é de realçar ainda a singularidade da Escola no desenvolvimento do currículo português ao nível do ensino secundário, em resposta às necessidades da população escolar portuguesa e angolana e com repercussões positivas na difusão da língua e cultura nacionais.

A gestão do currículo processa-se nos departamentos e grupos de recrutamento e também no trabalho individual desenvolvido pelos docentes, em função dos seus grupos e turmas. Assim, é elaborado em conjunto o planeamento a longo prazo, por ano e disciplina, bem como o planeamento a médio prazo que é definido, por norma, nas reuniões dos diferentes períodos letivos. Este trabalho colaborativo tem maior incidência na educação pré-escolar, onde os docentes reúnem mensalmente, e no 1.º ciclo, onde reúnem quinzenalmente, para planificar a médio prazo, partilhar materiais didáticos e fazer o balanço do trabalho realizado.

O plano anual de atividades, concebido em articulação com os objetivos do projeto educativo de Escola, inclui atividades diversificadas que envolvem distintos elementos da comunidade educativa. É avaliado em cada período letivo com base em relatórios parcelares dos responsáveis pelas atividades e, de forma global, através de um relatório de final de ano letivo, que descreve sucintamente o que foi feito. Considerando o meio envolvente, onde são escassas as oportunidades de enriquecimento do currículo, estas atividades são muito valorizadas e têm particular impacto na população escolar, para melhorar as aprendizagens de crianças e alunos, assim como na comunidade educativa, que deste modo consolida uma imagem positiva do trabalho feito na Escola.

Os planos de estudo que servem de base ao trabalho dos docentes da Escola remetem para as matrizes curriculares nacionais em vigor, mas não sistematizam orientações atinentes ao desenvolvimento articulado e sequencial do currículo. No mesmo sentido, não espelham decisões dos órgãos relativamente à contextualização, de modo a potenciar o interesse e a motivar crianças e alunos para as

aprendizagens e a estreitar a ligação entre a Escola e a comunidade. Neste âmbito, são realizadas adaptações pontuais em algumas disciplinas e destacam-se algumas atividades desenvolvidas na biblioteca, que abordam de forma integrada aspetos da cultura e da realidade angolana, como, por exemplo, a leitura de obras de autores angolanos e a celebração do *Dia da Independência*, a 11 de novembro.

Os planos próprios de grupo e de turma incluem, de um modo geral, a caracterização, identificação de problemas, estratégia educativa global, atividades e avaliação do plano, com indicação de alterações às estratégias iniciais, em função dos resultados obtidos. Todavia, podem ser melhor aproveitados para veicular informação relevante sobre o percurso escolar de crianças e alunos, e valorizados enquanto instrumento de trabalho dos conselhos de turma, facilitador da interdisciplinaridade e da articulação curricular horizontal.

A avaliação das aprendizagens é planeada ao serviço do desenvolvimento do currículo, com reflexos na planificação das diferentes disciplinas e anos de escolaridade, que evidenciam o caráter sistemático e contínuo destas avaliações. São valorizadas as várias modalidades, nomeadamente a diagnóstica, formativa e sumativa, bem como a utilização de diferentes instrumentos nos processos avaliativos.

É de realçar o incentivo ao trabalho colaborativo por parte do conselho pedagógico, tanto no seio dos grupos de recrutamento para a planificação, a produção de materiais didáticos e a avaliação, como nos conselhos de turma para a discussão de metodologias de ensino que sejam mais adequadas aos alunos. A existência de pares e de equipas pedagógicas, em detrimento da lecionação de uma disciplina ou ano de escolaridade por um único docente, demonstra a valorização e a busca de condições favoráveis ao trabalho cooperativo na Escola.

PRÁTICAS DE ENSINO

Os princípios e valores expressos no projeto educativo destacam a importância da qualidade do ensino e da aprendizagem, a par de outras dimensões relacionadas com o pleno desenvolvimento do indivíduo, para o cumprimento da missão da Escola. Neste sentido, as estratégias delineadas no mesmo documento remetem, prioritariamente, para os procedimentos a adotar em sala de aula e nos grupos de recrutamento e departamentos curriculares.

Os docentes reconhecem a centralidade do trabalho realizado na sala de aula, pelo impacto que tem na motivação e envolvimento ativo de crianças e alunos nas aprendizagens, sendo determinante para o sucesso das mesmas. As vertentes didática e pedagógica do ensino são objeto de reflexão nas reuniões de departamento e de conselho pedagógico, numa perspetiva mais abrangente, e nas de conselho de ano/turma, numa perspetiva mais particular, com a finalidade de adequar as respostas educativas às necessidades da população escolar.

A multiculturalidade é uma realidade na Escola e também merece particular atenção por parte dos docentes, quer seja na integração de experiências e conhecimentos prévios dos alunos servindo de ligação com as temáticas do currículo a estudar, como no apoio para a superação de dificuldades, nomeadamente relacionadas com a aprendizagem da língua portuguesa. Este desafio determina a flexibilidade e racionalidade na gestão dos apoios nos diferentes níveis de ensino, proporcionando momentos de ensino individualizado que permitem atender de forma célere e incisiva às dificuldades de aprendizagem dos alunos, sejam transitórias ou de mais longa duração.

O trabalho desenvolvido pela docente de educação especial, em articulação com os docentes titulares, os diretores de turma, os serviços de psicologia e orientação e as famílias, tem sido facilitador da integração e promotor do sucesso das crianças e alunos com necessidades educativas especiais. Para o efeito, tem contribuído a sua participação nas reuniões dos conselhos de turma, com o objetivo de

veicular informação generalista sobre as problemáticas em causa, de ponderar as possibilidades de adequação do currículo e das estratégias de ensino e, ainda, de participar na avaliação dos alunos.

É igualmente relevante a implementação de medidas destinadas a motivar os alunos para as aprendizagens e a incentivá-los para os bons desempenhos escolares, designadamente através da sua participação em concursos, como as Olimpíadas Portuguesas da Matemática, as *Olimpíadas de Matemática da Lusofonia*, o *Concurso de Declamação de Poesia* e, ainda, a *Semana Cultural*.

A Escola oferece diversas atividades extracurriculares na área do desporto ao ar livre (dada a inexistência de ginásio), como a maratona, os torneios interturmas, o atletismo e o *Escolathlon*. Porém, é reconhecido o interesse em sopesar as limitações logísticas da Escola e as possibilidades de articulação com organizações ou serviços locais, de modo a viabilizar o alargamento desta oferta, visando a formação integral e tirando partido da motivação dos alunos para a prática destas atividades.

O desenvolvimento da componente experimental, transversal a todos os níveis de educação e de ensino, é feito com a colaboração de uma técnica de apoio aos laboratórios, tendo reflexos muito positivos na motivação das crianças e alunos e contribuindo, de forma eficaz, para fomentar o gosto pela aprendizagem das ciências. Com efeito, as turmas assistem a demonstrações e participam ativamente nas numerosas atividades realizadas em laboratório, mas também é assegurada a preparação de materiais que circulam pelas salas de aula, para colmatar os limites de ocupação do laboratório. A pronta provisão dos materiais necessários à atividade experimental, bem como a realização da *Feira das Ciências* também concorrem para a valorização desta componente do currículo.

No âmbito da educação para a saúde são dinamizadas atividades destinadas a promover a adoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, como *Aprende a comer* para o 1.º ciclo, *Dia da alimentação* para a educação pré-escolar, *Vamos falar sobre sexualidade* para o ensino básico e secundário. No entanto, podem ainda ser incrementadas, nos vários níveis de educação e de ensino, ações em áreas como a sexualidade, os consumos aditivos, a alimentação e os cuidados corporais ou outras que sejam relevantes para crianças e alunos, em função dos diagnósticos efetuados, conjugando as valências das várias estruturas educativas, como os departamentos curriculares, as enfermeiras da Escola e os serviços de psicologia e orientação.

É de salientar, como muito positivo, o trabalho realizado no âmbito das expressões, percecionado como motivador por crianças e alunos. A atenção prestada às condições dos espaços específicos onde são lecionadas, bem como a coadjuvação de um docente com formação especializada nas aulas de expressão musical e de artes visuais do 1.º ciclo, têm contribuído para fomentar o gosto dos alunos por estas áreas. A realização de numerosas atividades, como a *Arte na Escola*, com exposição dos trabalhos dos alunos na Escola e na Embaixada de Portugal, a venda de trabalhos feitos pelas crianças e alunos na *Feira de Natal* e, ainda, as atuações do *Coro da Escola* e da *Banda Musical* aquando da celebração de datas especiais, concorrem igualmente para a valorização da dimensão artística, junto de toda a comunidade educativa.

A rentabilização dos recursos educativos é fulcral para o bom funcionamento da Escola, pois para acolher a população escolar atual é necessária uma ocupação plena e rigorosa das salas de aula e demais espaços educativos, durante os turnos da manhã e da tarde, conjugando aulas regulares, apoios e atividades extracurriculares. Com vista a proporcionar melhores condições para o ensino e para a aprendizagem, a prioridade recaiu na disponibilização de mais recursos tecnológicos, em especial quadros interativos, e no reforço do acervo bibliográfico da biblioteca que integrou recentemente a rede de bibliotecas escolares. A dinamização de atividades para promoção da leitura, em colaboração estreita com os departamentos curriculares, no sentido de enriquecer e consolidar as experiências de aprendizagem constitui, pela mesma razão, um eixo estratégico do plano da biblioteca.

Os coordenadores de departamento fazem o acompanhamento da prática letiva através das reuniões e do trabalho colaborativo entre pares, ocasiões que permitem fazer o ponto de situação sobre o

cumprimento das planificações, bem como analisar casos particulares, discutir questões de avaliação e de estratégias de ensino. As dinâmicas estabelecidas e as especificidades da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, em particular a monodocência, têm propiciado, mesmo que informalmente, partilha e discussão focadas em práticas que se revelam eficazes para as aprendizagens nestes níveis de educação e de ensino. Contudo, não foi ainda estabelecida a supervisão da prática letiva em sala de aula, designadamente pela diretora pedagógica e pelos coordenadores de departamento, como forma de fomentar a qualidade do ensino ministrado.

Por esse motivo, a observação da prática letiva, integrada nesta avaliação externa, constituiu uma experiência nova para a maioria dos docentes, que demonstraram interesse pelas perspetivas de desenvolvimento profissional e de melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem que a mesma abriu. As tendências observadas e que, de uma forma global, caracterizam o ensino na Escola são congruentes com as perceções de docentes e de alunos, evidenciando adequação e intencionalidade, no sentido de propiciar boas condições de aprendizagem.

A sistematização das tendências observadas que mais se destacaram foi apresentada à comunidade educativa e, sendo um facto que as mesmas têm sido eficazes para o sucesso, foi também reconhecido que não são, de um modo geral, implementadas práticas da diferenciação pedagógica em sala de aula. Todavia, a diferenciação pedagógica, alicerçada num maior aproveitamento dos recursos disponíveis, nomeadamente da biblioteca escolar/centro de recursos escolares e das tecnologias educativas, na utilização de estratégias de ensino mais diversificadas e no estímulo ao trabalho autónomo dos alunos, não só para os que apresentam dificuldades de aprendizagem como para os que têm desempenhos elevados, pode potenciar uma melhoria dos processos com reflexos nos resultados dos alunos, que se projetam para níveis de excelência.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

A avaliação das aprendizagens tem sido, em contínuo, objeto de reflexão por parte das estruturas de supervisão pedagógica e coordenação educativa da Escola. O trabalho conjunto de análise de resultados, para identificação de problemas e definição de estratégias conducentes à sua resolução inicia-se nos grupos de recrutamento, é partilhado nos departamentos e, por fim, é levado a conselho pedagógico de modo a permitir um conhecimento global do sucesso e a tomada de decisões fundamentadas.

Estes procedimentos sistemáticos de análise e reflexão enquadram as práticas de autoavaliação instituídas na Escola e tiveram consequências nas práticas docentes no que respeita, por exemplo, à elaboração conjunta de matrizes, de testes e de critérios de correção.

A particular atenção prestada às discrepâncias entre os resultados das avaliações interna e externa das aprendizagens dos alunos, sobretudo nas disciplinas sujeitas a prova final ou exame nacional, determinou a implementação de ações específicas, como o reforço da carga curricular de matemática no 9.º ano, motivou a participação no projeto dos Testes Intermédios (português, matemática e física e química) e fundamentou também as orientações do conselho pedagógico visando o reforço do trabalho colaborativo dos docentes, a fim de dirimir as dificuldades assinaladas. No 1.º ciclo, onde as discrepâncias foram mais acentuadas e as causas identificadas, houve reflexos no reajuste de planificações, na elaboração de matrizes e de testes comuns, bem como na definição precisa dos procedimentos para aplicação dos mesmos.

No mesmo sentido, os critérios de avaliação, definidos para todos os níveis de ensino, são revistos anualmente em conselho pedagógico e foram elaborados dispositivos que permitem observar o cumprimento dos critérios estabelecidos, sendo, paralelamente, efetuado o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e de classificação utilizados nos processos de avaliação interna das aprendizagens.

Os critérios não integram a educação pré-escolar, embora neste nível de educação também sejam utilizados instrumentos para registo (individual) das observações e sejam igualmente elaborados relatórios (de grupo) finais que indicam quais as competências desenvolvidas, em função das áreas de conteúdo das orientações curriculares. A avaliação das aprendizagens das crianças constitui um contributo relevante para a gestão articulada e vertical do currículo, pois a sua análise revela que ao frequentarem a educação pré-escolar têm melhores resultados nos anos subsequentes, aprendem regras de convivência e despertam para a leitura mais precocemente.

No âmbito da monitorização do desenvolvimento do currículo, a análise e reflexão sistemáticas sobre os resultados escolares dos alunos, com vista à identificação de situações de insucesso, têm permitido aos docentes implementar de forma criteriosa as medidas educativas promotoras do sucesso. No entanto, o reforço e generalização das práticas de avaliação reguladoras poderiam ter ainda mais reflexos nos processos de ensino e de aprendizagem, em sala de aula, permitindo aos docentes adequar as estratégias utilizadas e aos alunos aprender com maior autonomia.

É de realçar a organização das medidas de promoção do sucesso, nas modalidades de apoio ao estudo, apoio educativo/pedagógico e reforços de preparação para provas finais e exames nacionais, implementados com base no diagnóstico das dificuldades de aprendizagem e na seleção criteriosa dos alunos, a partir de relatórios elaborados pelos respetivos docentes. Nos 1.º e 2.º ciclos, a articulação entre o apoio ao estudo e os apoios educativos/pedagógicos tem permitido rentabilizar recursos, mas no corrente ano letivo não tem sido assegurado o apoio ao estudo para todos os alunos, em virtude das limitações em termos dos espaços físicos. No 2.º ciclo, além dos apoios de português e de matemática, foi introduzido o apoio de inglês, de modo a atender às necessidades dos alunos que ingressam no 5.º ano sem qualquer conhecimento prévio desta língua estrangeira.

A permanente monitorização do processo reflete a eficácia dos apoios ministrados, patente nas elevadas taxas de sucesso dos alunos apoiados. Os docentes que lecionam os apoios selecionam estratégias para abordagem e reforço de conteúdos, utilizando materiais produzidos especificamente para pequenos grupos de alunos. Com o propósito de aproveitar os recursos de forma eficaz, os docentes reajustam as suas práticas oportunamente, isto é, quando os alunos ultrapassam a dificuldade diagnosticada deixam de frequentar o apoio, dando lugar a outros que necessitem do mesmo.

No que respeita ao tratamento de situações que indiciam qualquer tipo de risco para o percurso escolar, é muito positivo o trabalho desenvolvido pelos diretores de turma, em proximidade com os alunos e devidamente reconhecido por estes, agilizando também a ligação célere entre a Escola e as famílias. Nos conselhos de turma é também preponderante o papel do diretor de turma na adequação de estratégias e negociação de consensos.

A orientação vocacional para os alunos do 9.º ano é realizada pelos serviços de psicologia e orientação em articulação com os diretores de turma e com os encarregados de educação. Estes serviços também dinamizam palestras e levam a cabo iniciativas como a *Feira das Profissões*, possibilitando a presença na Escola de profissionais que exercem a sua atividade localmente, o que tem permitido aos alunos fazer escolhas mais fundamentadas dos cursos que pretendem frequentar no ensino secundário.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

O projeto educativo, instituído como um documento de referência, visa a excelência da ação educativa, constituindo esta uma premissa essencial para a consecução da missão da Escola na difusão da língua e da cultura portuguesas. A definição de metas e de estratégias, que consubstanciam os eixos orientadores da ação educativa, está focalizada nos processos de ensino e de aprendizagem, em sala de aula, nas dinâmicas dos grupos de recrutamento e departamentos curriculares e no envolvimento dos alunos em iniciativas suscetíveis de melhorar as suas aprendizagens e integração escolar.

O lema “*A procura da excelência nas escolas é a procura da excelência nas pessoas*” realça duas importantes vertentes desta ação: por um lado, a prestação do serviço educativo e, por outro, a dimensão humana da mesma. A sensibilidade demonstrada face a estes dois aspetos tem sido fundamental para o sucesso do planeamento estruturante da Escola, com reflexos na clara identificação de prioridades, segundo as quais o aluno é o centro de todos os processos educativos, em estreita ligação com as famílias e a comunidade.

Paralelamente são muito valorizadas as iniciativas que possibilitam o reforço da identidade da Escola e que consolidam os laços culturais e linguísticos entre Angola e Portugal, como é o caso das campanhas de solidariedade e de outras atividades que dão a conhecer os trabalhos dos alunos à comunidade. A representação angolana nas *Olimpíadas de Matemática da Lusofonia*, iniciada em 2011, foi assegurada pela disponibilidade da Escola para colaborar com o Ministério da Educação de Angola.

Uma figura da diplomacia portuguesa a exercer funções no país qualificou a Escola de “*A montra de Portugal em Angola*”, o que está em consonância com a perceção dos responsáveis de que esta constitui um instrumento privilegiado da política externa nacional, proporcionando uma educação e formação de base cultural portuguesa, de qualidade, a alunos que posteriormente também contribuem, sobretudo através das suas atividades profissionais, para o desenvolvimento da sociedade local.

A liderança da diretora, indutora de estabilidade, determinação e rigor, tem contribuído de igual modo para firmar a boa imagem da Escola Portuguesa de Luanda. Para o efeito, concorre a sua experiência anterior, enquanto docente e diretora pedagógica nomeada pelo Ministério da Educação, aliada ao conhecimento que possui da realidade escolar, onde mantém um contacto próximo com trabalhadores e alunos e desenvolve a atividade letiva como docente.

No mesmo sentido, é de salientar a subsidiariedade das lideranças intermédias, incumbidas do desenvolvimento de ações conducentes à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, demonstrando disponibilidade e proximidade relativamente aos docentes dos respetivos departamentos. O empenho dos docentes no exercício das suas funções, associado a um bom ambiente de interação humana e profissional, têm igualmente reflexos na qualidade do serviço educativo prestado.

O bom funcionamento da Escola beneficia ainda da harmonização da atuação da liderança pedagógica com os objetivos operacionais definidos pela gestão administrativa e financeira. Tal atuação é fundada na monitorização do desenvolvimento das ações destinadas a proporcionar melhores condições de ensino e de aprendizagem, por exemplo, no que respeita à estabilidade possível do quadro de docentes, à melhoria dos resultados escolares, à utilização e manutenção dos espaços e às medidas destinadas a melhorar os comportamentos dos alunos.

O desenvolvimento de projetos e de atividades é muito valorizado, pelo impacto positivo que têm, tanto na prestação do serviço educativo, como também na motivação para a participação e na boa convivência de toda a comunidade escolar. Inscrevem-se neste âmbito a parceria com a Associação Industrial

Portuguesa (AIP) para o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo no 1.º ciclo e a articulação com o Instituto Camões – Centro Cultural Português em Luanda e com a Embaixada de Portugal, nomeadamente para a comemoração, na Escola, do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, tal como no acesso a recursos culturais e educativos e para a exposição de trabalhos de crianças e alunos.

Porém, é reconhecida a necessidade de diligenciar permanentemente em busca de soluções inovadoras, a fim de colmatar condicionalismos inerentes ao meio em que a Escola está inserida, designadamente no que respeita à celebração de protocolos e de parcerias para o desenvolvimento de projetos e de estágios, inclusive transversais a vários níveis de ensino e de âmbito internacional, destinados a enriquecer as aprendizagens dos alunos.

A direção pedagógica promove reuniões com representantes de alunos, de professores e de pais e encarregados de educação para propiciar, em diversos momentos, a discussão de assuntos do interesse comum, com vista a encontrar consensos que têm permitido resolver problemas e melhorar a organização. Todavia, desde o ano letivo 2009-2010, não tem sido possível instituir uma Associação de Pais e Encarregados de Educação, de forma a assegurar a sua representatividade legal na Escola, nomeadamente no órgão de gestão pedagógica. A sua participação, devidamente regulamentada, no sentido de consolidar as relações positivas no seio da comunidade educativa, poderia ser também um contributo para a difusão da língua e da cultura portuguesas no âmbito dessas relações.

GESTÃO

A gestão dos recursos é ponderada de forma cuidadosa pela direção pedagógica, em articulação com a entidade responsável pela gestão administrativa e financeira. Os critérios, definidos em sede de regulamentação interna, visam principalmente atender ao superior interesse dos alunos, com base na valorização das competências e na adequação do perfil dos trabalhadores às funções que exercem na Escola.

Os critérios para distribuição do serviço docente têm sido objeto de constante reflexão e privilegiam a continuidade pedagógica, bem como o trabalho dos “pares pedagógicos”. Esta opção, que consiste em assegurar que há preferencialmente dois docentes a lecionar a mesma disciplina em cada nível de escolaridade, decorre da intenção estratégica que visa criar condições favoráveis ao trabalho colaborativo para o planeamento e para a avaliação, a fim de melhorar o ensino.

No mesmo sentido, existem critérios que determinam as condições de admissão de crianças e alunos, sendo mantida a constituição dos grupos e turmas, enquanto o percurso escolar e as opções dos alunos o permitirem. A fim de garantir a continuidade pedagógica, os responsáveis da Escola diligenciam constantemente junto das autoridades angolanas, a fim de minorar as dificuldades na concessão de vistos de trabalho que possibilitem a permanência dos professores no país.

A avaliação do desempenho docente, prevista no regulamento interno da Escola e enquadrada nas competências das estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica, não tem tido reflexos em procedimentos formais. Contudo, o desenvolvimento das atividades letivas permite o conhecimento das boas práticas e das dificuldades, o que merece a atenção permanente e o acompanhamento necessário por parte da direção pedagógica e dos coordenadores de departamento.

O conhecimento que a direção pedagógica possui da experiência e das competências profissionais, em ligação com a necessária racionalização da gestão dos recursos, são determinantes para a afetação dos docentes às funções e cargos, por exemplo na biblioteca escolar. A recente integração da mesma na rede de bibliotecas escolares permitiu a criação de novas dinâmicas promotoras do gosto pela leitura, com a intenção de a tornar um polo dinamizador da Escola, de promover a articulação com as áreas e disciplinas do currículo e de enriquecer as aprendizagens de crianças e alunos. No entanto, estas

dinâmicas podem ser reforçadas com opções de gestão que possibilitem a consolidação de uma equipa, com especial motivação e conhecimento, capaz de realizar atividades transversais a todos os níveis de educação e de ensino, com um envolvimento mais efetivo dos departamentos curriculares.

No que respeita à formação dos profissionais que exercem funções na Escola, embora seja uma matéria valorizada pela direção pedagógica, apenas têm sido dinamizadas ações pontuais, como *Gestão de relações interpessoais*, *Sistemas interativos* e *Catalogação*, esta destinada à equipa da biblioteca escolar. Com efeito, não estão implementadas de forma sistemática estratégias para o desenvolvimento profissional, destinadas ao pessoal docente e não docente, com base no levantamento de necessidades, na elaboração de um plano de formação e na dinamização de formação interna com aproveitamento do capital humano da Escola, a fim de minimizar os efeitos do afastamento dos meios académicos a que estão sujeitos os profissionais. Neste âmbito, também não existe uma orientação estratégica que promova o desenvolvimento de ações propostas pelos serviços de psicologia e orientação destinadas a melhorar o apoio indireto aos alunos, com reflexos no plano anual de atividades e no plano de formação.

É de realçar a realização de várias ações conducentes a melhorias no equipamento e funcionamento da Escola, sendo devidamente ponderadas a sua viabilidade e exequibilidade. Assim, fruto de diligências articuladas da direção pedagógica e da entidade gestora, é rentabilizada a ocupação dos diferentes espaços escolares e das salas de aula, integrando o número máximo de alunos possível e reduzindo a lista de espera, sem prejuízo para a qualidade do serviço educativo prestado. Esta opção satisfaz as numerosas solicitações por parte das famílias que pretendem que os seus educandos frequentem a Escola, mas tem um impacto inevitável nas deslocações diárias de crianças, alunos e profissionais, as quais são bastante difíceis devido aos condicionalismos habituais do trânsito nas áreas limítrofes.

As parcerias com empresas locais têm possibilitado o aproveitamento e a melhoria dos espaços escolares exteriores, como forma de superar a ausência da 2.^a fase de construção da Escola Portuguesa de Luanda e de proporcionar a crianças e alunos condições mais favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento de atividades. Destacam-se, entre outros, os melhoramentos respeitantes aos campos desportivos exteriores, à sala de artes criada num jango que foi fechado e climatizado para o efeito, à horta pedagógica e às salas de aula disponibilizadas com o aproveitamento e adequação de espaços inicialmente destinados a outros fins.

A gestão realizada tem vindo a possibilitar o incremento dos recursos tecnológicos disponíveis na Escola, mas a sua utilização, nos processos de ensino e de aprendizagem, não está plenamente aproveitada, designadamente no que se refere aos quadros interativos. Estes recursos podem servir também para disponibilizar com eficiência materiais e informações aos alunos e respetivas famílias, em plataformas de armazenamento, bem como para agilizar a comunicação com a comunidade educativa em geral, através do correio eletrónico e da criação de uma página da Escola na Internet.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O projeto educativo da Escola elenca um conjunto de instrumentos e alguns indicadores que devem ser objeto de monitorização sistemática, como taxas de sucesso, de alunos apurados para os quadros de excelência, de assiduidade dos trabalhadores e níveis de participação da comunidade escolar nas atividades planeadas. São igualmente analisados, pela direção e pelo conselho pedagógico, múltiplos dados de natureza qualitativa, sistematizados nos relatórios anuais, em especial os referentes ao plano de atividades e aos planos de grupo/turma, bem como nos *relatórios críticos* dos coordenadores de departamento e dos diretores de turma.

As práticas de autoavaliação, decorrentes da construção, operacionalização e monitorização dos documentos estruturantes e da auscultação dos níveis de satisfação da comunidade, têm permitido à direção pedagógica, em articulação com os demais órgãos e estruturas de coordenação educativa e

supervisão pedagógica, tomar decisões em tempo oportuno, de modo a resolver alguns dos problemas diagnosticados.

Entre as ações de melhoria implementadas destaca-se a criação do *Gabinete de Coordenação*, a valorização do trabalho desenvolvido na biblioteca escolar, o reforço das medidas de promoção do sucesso escolar e da carga horária em algumas disciplinas, nomeadamente matemática e português, para melhorar os resultados escolares dos alunos. Ao nível dos recursos materiais é de salientar a instalação de projetores multimédia e de quadros interativos nalgumas salas a fim de potenciar as condições de ensino e de aprendizagem, assim como a aquisição do programa informático Gestão Integrada para Administração Escolar (GIAE), destinado a facilitar as tarefas mais burocráticas dos diretores de turma.

A ligação entre as recomendações de natureza pedagógica propostas pelas diferentes lideranças e a correspondente adequação das estratégias de gestão tem sido fundamental para uma atuação pronta e com reflexos nos processos de ensino e de aprendizagem. No corrente ano letivo, por exemplo, para os 6.º e 9.º anos, na sequência da análise dos resultados da avaliação interna e externa das aprendizagens dos alunos, o conselho pedagógico recomendou o reforço do trabalho colaborativo dos professores para permitir a aferição de práticas de ensino e de avaliação e, em consequência, a gestão criou os “pares pedagógicos”. Para o 1.º ciclo também foi elaborado um *plano de intervenção*, cujas medidas visam a melhoria dos processos de avaliação das aprendizagens, propícios à qualidade das mesmas e ao sucesso dos alunos.

Porém, a formalização e a sistematização das práticas de autoavaliação enunciadas podem constituir um instrumento muito relevante para a gestão do progresso da Escola, designadamente através da elaboração de um projeto, coordenado por uma equipa, com a participação da comunidade educativa e que, sendo desenvolvido em continuidade, contribua para assegurar uma maior eficácia na implementação de ações de melhoria.

A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **MUITO BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Participação dos alunos em ações de solidariedade, com impacto muito positivo nas suas vivências escolares, fomentando o sentimento de pertença e de identidade, bem como o exercício de uma cidadania esclarecida;
- Criação do *Gabinete de Coordenação*, com repercussões na dissuasão de comportamentos perturbadores da aprendizagem e na regulação da prática docente;
- Trabalho realizado no âmbito das expressões, cujas atividades são motivadoras para crianças e alunos, e o desenvolvimento da componente experimental, transversal a todos os níveis de educação e de ensino, contribuindo para fomentar o gosto pela aprendizagem das ciências;
- Organização e eficácia das medidas de promoção do sucesso que permitem atender de forma célere e incisiva às necessidades dos alunos, sejam transitórias ou de mais longa duração;

- Liderança da diretora e subsidiariedade das lideranças intermédias, atentas e empenhadas no desenvolvimento de ações conducentes à melhoria da qualidade do serviço educativo prestado;
- Existência de práticas de autoavaliação da Escola que têm possibilitado o diagnóstico e a implementação de ações de melhoria.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Reflexão e análise dos resultados, centradas na identificação dos fatores explicativos intrínsecos aos processos de ensino e de aprendizagem;
- Promoção da gestão articulada e sequencial do currículo, tendo também em conta a sua contextualização, de modo a potenciar o interesse e a motivar crianças e alunos para as aprendizagens e a estreitar a ligação entre a Escola e a comunidade;
- Estabelecimento da supervisão da prática letiva em sala de aula, como forma de fomentar a qualidade do ensino ministrado;
- Implementação de práticas de diferenciação pedagógica, alicerçadas num melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, na utilização de estratégias de ensino diversificadas e no estímulo ao trabalho autónomo dos alunos;
- Elaboração de um projeto de autoavaliação da Escola, que envolva toda a comunidade educativa, coordenado por uma equipa, desenvolvido em continuidade e conducente à implementação de ações de melhoria mais eficazes.

24-06-2014

A Equipa de Avaliação Externa:

João Nunes, João Ramalho e Rosa Micaelo